



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº 391/2025

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 365, DE 30 DE MAIO DE 2017, NO TOCANTE AO PROCEDIMENTO DE REDAÇÃO FINAL E EXPEDIÇÃO DE AUTÓGRAFO, ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 386, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020, NO TOCANTE À CHANCELA ELETRÔNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º O artigo 198 da Resolução nº 365, de 30 de maio de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 198. [...]

...

§ 1º O parecer de redação final será automaticamente convertido em proposta de redação, em caráter definitivo, caso não sejam apresentadas emendas até o dia subsequente à publicação de seu extrato na imprensa oficial.

...

§ 3º A proposição que se encontre em fase de redação final tramitará durante o recesso parlamentar.”

Art. 2º O caput do artigo 200 da Resolução nº 365, de 30 de maio de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 200. O projeto aprovado em definitivo será encaminhado, no prazo de até cinco dias, inclusive durante o recesso parlamentar, à Presidência da Câmara para expedição de autógrafo.
...”

Art. 3º O artigo 2º da Resolução nº 386, de 7 de dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º [...]

...

§ 1º A chancela eletrônica consiste em autorização formal e específica para que servidor devidamente habilitado insira a assinatura do Vereador em documento eletrônico, vedada a sua delegação, e pode ser instituída exclusivamente por:

I - membros da Mesa Diretora, hipótese na qual a chancela poderá ser utilizada exclusivamente pelo Secretário Legislativo e pelo Secretário Administrativo e Financeiro;



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

II - demais Vereadores, hipótese em que a chancela poderá ser utilizada por, no máximo, dois servidores do Poder Legislativo.

§ 2º Os documentos digitais assinados por Vereador com a utilização de chancela eletrônica, na forma do § 1º deste artigo, terão tratamento idêntico aos demais.

§ 3º A aposição de assinatura eletrônica em um documento, diretamente ou por chancela eletrônica, garante sua irretratabilidade ou não-repúdio, de modo que seu emissor não poderá negar a autenticidade da mensagem ou do arquivo digital.”

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

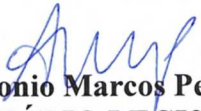
Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Garça, 29 de janeiro de 2025


Raquel Sartori
PRESIDENTE


Paulo André Faneco
1º SECRETÁRIO

Registrado e Publicado na Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Garça, na data supra.


- Antonio Marcos Pereira -
SECRETÁRIO LEGISLATIVO